



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
22.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- [SERVIDOR PÚBLICO TAMBÉM ADOECE – O Popular](#)
- [DE QUEM É A CULPA? – O Popular](#)
- [BANIR A REVISTA ÍNTIMA QUE VIOLA DIREITOS NAS PRISÕES – Folha de São Paulo](#)
- [DE ENJEITADO A CORTEJADO – Folha de São Paulo](#)
- [NA PGR, A HORA E A VEZ DE BOLSONARO – Folha de São Paulo](#)
- [PARTIDOS VEEM ELEIÇÃO COM AVANÇO DE CAIXA 2, COMPRA DE VOTOS E INFILTRAÇÃO DE FACCÕES – Folha de São Paulo](#)
- [IMPOSTO DE MILIONÁRIOS REDUZ DESIGUALDADE E PODE CHEGAR A R\\$ 90 BI, DIZ CENTRO DA USP – Folha de São Paulo](#)
- [TRABALHO INFANTIL PERPETUA CICLO DE POBREZA PARA CRIANÇAS NEGRAS, DIZEM PESQUISADORES – Folha de São Paulo](#)
- [SUA MAJESTADE, O ELEITOR: OU POR QUE VOTAMOS EM TIRANOS? – Folha de São Paulo](#)
- [STJ FIRMA POSICIONAMENTO SOBRE NOVA LEI QUE MODIFICA PROGRESSÃO DE REGIME – O Hoje](#)
- [LULA É O GRANDE AUSENTE NA REUNIÃO DO BRICS – Correio Braziliense](#)
- [BNDES APROVA FINANCIAMENTO DE R\\$ 35,7 MILHÕES PARA EMPRESA DE IA – Correio Braziliense](#)
- [CONGRESSO VERSUS SUPREMO: QUEM NÃO DEVE NÃO TREME – Correio Braziliense](#)
- [JUSTIÇA GARANTE À ENGIE CRÉDITOS DE PIS/COFINS SOBRE GASTOS COM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – Valor Econômico](#)
- [SP NEGOCIA R\\$ 50 BI DE ICMS COM EMPRESAS – Valor Econômico](#)
- [DESTAQUE – Valor Econômico](#)
- [DEBÊNTURES PARA FINANCIAR O SETOR ELÉTRICO – Valor Econômico](#)
- [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 22.10.2024 – PÁG. 03

Servidor público também adocece

Claudiney Rocha

A saúde mental tem sido tema cada vez mais presente nos ambientes de trabalho, incluindo o serviço público. Mesmo que esta seja uma carreira tão almejada pelos brasileiros, diariamente, nos deparamos com relatos de colegas que enfrentam desafios ligados à saúde mental, como estresse, ansiedade e até adoecimento físico, sinais claros de que algo precisa ser feito.

Já vi grandes profissionais de suas áreas sucumbirem, tendo que lidar, muitas vezes, com a invisibilidade e o preconceito em relação ao que os aflige. E, diferente do que o senso comum diz, a estabilidade de um concurso público, de uma carreira, não oferece imunidade à saúde do servidor.

Seria ideal que o Estado fosse exemplo nas condições de trabalho e na prevenção ao adoecimento mental. Mas a realidade é que o orçamento limitado, o atendimento de toda uma população e ainda a volatilidade dos interesses políticos que perpassam o serviço público a cada gestão podem tornar muitas vezes insalubre este ambiente de trabalho. Foi assim que vi uma colega de 40 e poucos anos adoecer a ponto de não conseguir ouvir o toque do telefone sem sentir pontadas no coração ou outro ainda que se viu paralisado diante dos processos que se acumularam em sua mesa de trabalho. Pessoas no auge de suas carreiras, mas que precisaram de pausa e de apoio para sobreviverem.

O equilíbrio entre vida profissional e pessoal é essencial para um desempenho saudável e produtivo. Relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que os transtornos mentais são a principal causa de incapacidade no mundo. Por ano, mais de 289 mil servidores públicos foram afastados por questões de saúde mental no Brasil (levantamento de 2020). Esse esgotamento não acontece de uma hora para outra. Corpo e mente dão sinais ao longo do tempo, até que um colapso se torna inevitável. Antes que o organismo "pife", é fundamental buscar ajuda e adotar práticas que garantam o bem-estar. Isso, cada um de nós pode fazer.

Mas é preciso também que os líderes, seja no serviço público, seja na iniciativa privada, estejam atentos em como contribuir com este equilíbrio. Ações preventivas, como o diálogo aberto sobre saúde mental e o incentivo ao autocuidado são fundamentais para que o ambiente de trabalho seja acolhedor e respeite os limites de cada um. Precisamos conscientizar os trabalhadores sobre seus direitos e reforçar a importância de uma vida equilibrada. A prevenção é um caminho seguro e tangível para promover a saúde mental no ambiente de trabalho. Investir em ações preventivas não só custa menos, como também minimiza o impacto emocional e financeiro que os transtornos mentais podem causar.



Campanhas como as realizadas no Setembro Amarelo reforçam a importância de cuidar de nossa mente tanto quanto de nosso corpo. E estas discussões não podem findar no dia 30, como se pudessem ficar em suspenso até o próximo ano, porque até lá milhares de trabalhadores adoecerão, desfaltarão suas equipes e farão sofrer suas famílias.

JORNAL – O POPULAR – 22.10.2024 – PÁG. 07

De quem é a culpa?

Eliane Cantanhêde



Não foi à toa, convenhamos, que o presidente Lula decidiu antecipar a troca de comando do PT. Não faz sentido o partido do presidente da República, vira e mexe, bombardear o ministro da Fazenda e a política econômica, uma das raras áreas que vem surpreendendo positivamente e dando boas notícias para, e sobre, o governo, apesar das dúvidas quanto à inflação e ao controle de gastos.

Faz menos sentido ainda que o PT classifique como "feito histórico" mais uma reeleição de Vladimir Putin, que invadiu a Ucrânia, envie sua presidente Gleisi Hoffmann e 30 petistas para badalar o regime chinês e trate a tragédia da Venezuela como normal, reconhecendo a vitória do ditador Nicolás Maduro no primeiro instante de uma eleição fraudada e depois ratificando o aval do Foro de São Paulo a essa "vitória". Se Lula estivesse abafando, o governo fosse excelente, o PT desse um banho nas eleições municipais e a direita terminasse como grande derrotada, vá lá, haveria um muxoxo daqui ou dali e pronto. Mas como não é isso que ocorre, os erros do PT pioram a percepção geral sobre o terceiro mandato e irritam setores do próprio partido.

Sem candidato no Rio e em São Paulo, comendo poeira em Belo Horizonte e baixando a guarda em quatro das nove capitais do Nordeste, o PT ficou em nono lugar no número de prefeituras no primeiro turno, atrás do PSB e até do moribundo PSDB. Pode estar no fim a velha arquitetura da esquerda, com o PT no eixo e seus aliados, seus satélites. O PT paulista é comandado pelos irmãos Tatto, que não deram bola para Guilherme Boulos (PSOL), candidato de Lula, e o do Rio está nas mãos dos polêmicos André Siciliano, Renato Machado e Quaquá. Em BH, o problema é outro: inanição. Enquanto isso, Pernambuco lidera a renovação na esquerda, com o prefeito de Recife, João Campos (PSB), e a governadora Raquel Lyra (ainda PSDB), na centro-esquerda. De quebra, Tábata Amaral (PSB-SP), namorada de João, é outra boa novidade nacional.

Afinal, o PT atrapalha o governo, ou o governo atrapalha o PT? Típico caso em que todo mundo briga e todos têm razão. Lula é maior do que o PT, dá todas as ordens e submete o partido à necessidade de apoio no Congresso, enquanto tropeça, ou some, em política externa, meio ambiente, Educação, Cultura... Com a derrota petista em cidades paulistas importantes, Lula quer na presidência do PT o prefeito Edinho Silva, que

não elegeu sua candidata em Araraquara, mas Gleisi investe no líder do governo na Câmara, José Guimarães (CE). Edinho Silva é mais forte, mas não há santo que faça milagre com governo e partido fora do prumo.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 22.10.2024 – PÁG. A2

Banir a revista íntima que viola direitos nas prisões

Procedimento é humilhante e enviesado; STF deve agilizar medida para proibição e governos precisam investir em scanners

No último dia 8, o Supremo Tribunal Federal formou maioria para proibir a revista íntima de familiares de detentos nos presídios, considerando as provas obtidas por meio deste tipo de busca como ilícitas. Corretamente, o tribunal determinou que a falta de scanners nas unidades prisionais não autoriza a prática. O Estado não pode impor esse tipo de revista aos familiares, em especial às mulheres, porque não é capaz de prover alternativas menos degradantes, como equipamentos eletrônicos.



O procedimento nem sequer é excepcional. Em 2021, cerca de 78% dos parentes de pessoas presas foram submetidos à revista em suas cavidades íntimas nas penitenciárias do país, segundo o relatório "Revista vexatória: uma prática constante", publicado por organizações da sociedade civil. Além de invasivo, o procedimento é seletivo. De acordo com a mesma pesquisa, 97,7% das pessoas a ele submetido são mulheres; enquanto 70% dos familiares negros foram expostos à revista degradante, 72,1% dos familiares brancos não passaram por ela.

Banir tal prática já é realidade. Após Goiás ter proibido a revista íntima em 2012, outros estados seguiram a medida, por decisão judicial, portarias ou leis, entre eles Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, segundo levantamento do jornal O Globo. Diante deste cenário, não se justifica a lentidão do STF em decidir o caso, pendente desde 2020. Cabe à Corte reconhecer que a prática viola direitos. Aos estados, recai o dever de investir em tecnologia que permita a revista sem constrangimento.

A aquisição de scanners, entretanto, não é panaceia. Agentes precisam ser treinados para que, mesmo com o dispositivo, a revista invasiva não continue a ser recorrente por dificuldade de leitura das imagens ou outros motivos, técnicos ou não.

Sistemática, a prática pode configurar forma de tortura, abuso ou importunação sexual, crimes reconhecidos por lei. Em especial, devem-se repudiar atos ainda mais repugnantes como revistar crianças, bebês e mulheres que estão no período menstrual ou forçar o agachamento sobre um espelho, abusos comuns. A

Constituição não permite que a punição se estenda além da pessoa do condenado. É inaceitável que seus familiares sejam humilhados pelo Estado, que deveria zelar pela custódia de seus parentes. A condição de encarceramento tampouco justificaria a violação da revista íntima contra os próprios detentos. Não há lugar para humilhação legalizada no Estado democrático de Direito.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 22.10.2024 – PÁG. A3

De enjeitado a cortejado

PT não tem força para competir, mas tem peso para influir na eleição da Câmara

Dora Kramer



Vejam vocês como a política é mesmo aquela nuvem do clichê: muda ao sabor dos ventos —e aqui já abusando do lugar-comum porque é assim que a banda toca nesse ambiente cheio de chavões. Até outro dia a presidência da Câmara dos Deputados era uma questão a ser resolvida por obra exclusiva da vontade do deputado Arthur Lira (PP-AL), que, não se duvidava, faria o sucessor. O PT, a despeito de ocupar o posto máximo da República, estava fora do jogo.

Minoritário na correlação de forças internas —e externas, se considerarmos o resultado do primeiro turno das eleições municipais—, o partido em tese não teria cacife para influir na disputa, muito menos para impor um nome como ocorreu no primeiro governo de Luiz Inácio da Silva. Neste terceiro mandato estava Lula aparentemente conformado à espera da composição das peças no tabuleiro desse xadrez (outra vez o clichê), quando as coisas mudaram e o partido dele passou a ser cortejado, visto como crucial para a decisão final.

Funciona mais ou menos como o centro democrático nas eleições: não concorre, mas faz a diferença no resultado. Embora não tenha força para competir, o PT tem a Presidência da República e pouco mais de 100 deputados sob sua área de influência. Num cenário em que o centrão concorre dividido entre três candidatos —Hugo Motta (Republicanos-PB), Elmar Nascimento (União Brasil-BA) e Antônio Brito (PSD-BA)—, o partido ganhou peso para atuar como fator determinante na escolha de quem comandará o espetáculo congressional.

Lira enfrenta a discordância de Brito e Elmar, que neste segundo turno trabalham ostensivamente por candidaturas do PT na tentativa de atrair o apoio do Planalto, com empenho firme de Gilberto Kassab (PSD). A promessa é a de que seriam mais amigáveis que Motta, cuja proximidade com Ciro Nogueira (PP), tenaz adversário do governo, tem sido explorada. O compromisso de alívio na relação, no entanto, é difícil de ser cumprido porque no frígido das composições internas prevalece o interesse coletivo de manter o poder hipertrofiado num Congresso comandado pelo centrão.

Na PGR, a hora e a vez de Bolsonaro

Até agora o ex-presidente teve o tempo a seu favor, mas a ampulheta acaba de virar

Alvaro Costa e Silva

Ao mesmo tempo em que tolera o pacote anti-STF — movimento liderado por bolsonaristas para promover, ao arrepiro da Constituição, a desarmonia entre os Poderes—, Arthur Lira tem dito a aliados que vai descascar ainda neste ano o pepino em forma de projeto de lei que concede perdão aos condenados pelos atos golpistas do 8 de Janeiro. Lira terá de fazer mágica para não atrapalhar a eleição de seu candidato, Hugo Motta, à presidência da Câmara. Como favorecer o PL, que quer a aprovação do texto da anistia, e não enfurecer o governo? À exceção de quem está preso ou foragido, o mais interessado no tema é Bolsonaro. Justamente para evitar a cadeia ou a fuga do país.



O meteoro Marçal bateu forte. O pleito municipal acirrou a disputa pela liderança no campo da direita, com desgaste para o ex-presidente, que se desentendeu com Ratinho Jr. no Paraná, com Ronaldo Caiado em Goiás e com Tarcísio de Freitas em São Paulo. Valdemar Costa Neto chegou a escalar Tarcísio como primeiro da fila para a corrida presidencial. Nada mais natural, pois Bolsonaro está inelegível, embora se comporte como candidato vítima de perseguição. Uma pesquisa feita em 2023 revelou que 94% dos brasileiros condenavam a insurreição fascista de 8/1. Uma sondagem hoje provavelmente mostraria um número menor. A narrativa das condenações injustas a "jovens mães", "idosos" e "chefes de família" não se sustenta para a maioria da população, mas o tempo adormeceu a impressão inicial.

A partir de novembro, quando a PF concluir o inquérito sobre a tentativa de golpe de Estado, o tempo será medido com outra perspectiva. Se a investigação provar de modo consistente que a invasão dos Poderes era uma etapa da engrenagem golpista —isca para instalar uma GLO—, terá chegado a hora de Bolsonaro. A ampulheta estará nas mãos de Paulo Gonet, o procurador-geral da República, que decidirá se faz ou não a denúncia no STF contra o ex-presidente, envolvendo a famosa minuta, a falsificação de cartões de vacina para entrar nos EUA e a venda de joias para levantar recursos e viver no exterior à espera da concretização do golpe.

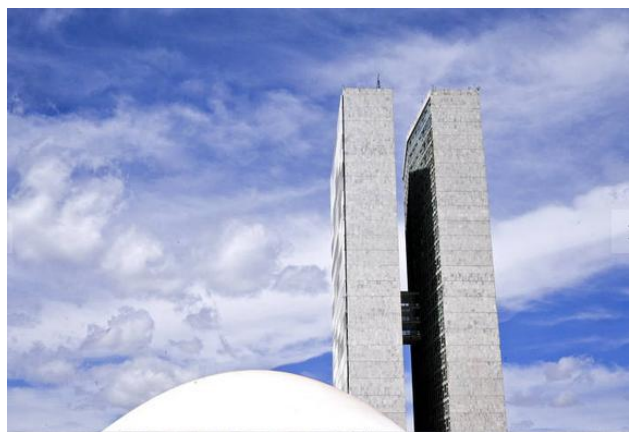
JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 22.10.2024 – PÁG. A6

Partidos veem eleição com avanço de caixa 2, compra de votos e infiltração de facções

Relatos são de políticos da esquerda à direita, sendo que alguns usam as supostas ilegalidades para defender volta do financiamento empresarial das campanhas

Ranier Bragon / Danielle Brant

Dirigentes partidários e políticos da esquerda à direita afirmam que as eleições municipais de 2024 registraram, na percepção deles, um volume inédito de caixa dois, de compra de votos e de tentativa de



infiltração do crime organizado na política. Indicativos dessas ilegalidades aparecem em registros da Polícia Federal e do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), foram abordados em discursos na Câmara e no Senado e têm como pano de fundo as bilionárias verbas públicas envolvidas tanto nas campanhas —R\$ 6,2 bilhões— como nas emendas parlamentares que abastecem estados e municípios —mais de R\$ 50 bilhões em 2024.

"Aproveito o momento para denunciar desta tribuna a maior derrama de dinheiro no processo eleitoral do Brasil. Nunca houve no nosso país uma eleição com tanta compra de votos, malas de dinheiro em todos os estados da

federação", discursou no plenário da Câmara o deputado federal José Nelto (União Brasil-GO) dois dias após o primeiro turno das eleições. "Caros colegas, eu subo a esta tribuna para falar do show de horror que vimos nas eleições. Compra de voto, bandidagem. (...) É vergonhoso o uso de dinheiro público com essa bandidagem. É vergonhoso vermos pessoas que, além de venderem emenda parlamentar aqui, ali, nesta instituição e na outra, ainda vão cobrar a fatura", afirmou a deputada Adriana Ventura (Novo-SP), na mesma sessão. Secretário nacional de comunicação do PT, o também deputado federal Jilmar Tatto (SP) vai na mesma linha. "Tivemos relatos, principalmente de cidades do interior que não estavam acostumadas a esse tipo de comportamento, muitos relatos de distribuição de dinheiro vivo. No dia da eleição, um dia antes", diz o parlamentar.

"A Polícia Federal apreendeu dinheiro vivo, isso é fato, em várias campanhas pelo Brasil. Você tem casos concretos revelados de que o PCC está entranhado em contrato público. Eu suponho que eles estão em campanha eleitoral também", diz o deputado federal Kiko Celeguim, presidente estadual do PT de São Paulo. Nenhum dos parlamentares citou nomes ou casos específicos, mas dirigentes partidários ouvidos pela reportagem fazem relatos similares, em caráter reservado ou publicamente. Em entrevista à Folha, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), já havia falado do caixa dois registrado em campanhas, afirmando que o dinheiro de empresas "corre livre" nas eleições. O caixa dois eleitoral consiste no uso de dinheiro pelos candidatos e partidos sem declaração à Justiça Eleitoral. De acordo com a Polícia Federal, em 2024 foram apreendidos R\$ 50,4 milhões relacionados a crimes eleitorais, sendo R\$ 21,8 milhões em dinheiro vivo. Esses valores superam tanto os registrados nas eleições gerais de 2022 (R\$ 10



CLIPPING

DATA

22.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

8 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

milhões, sendo R\$ 5,5 milhões em espécie) como os das de 2020, ano das últimas eleições municipais (R\$ 6 milhões, sendo R\$ 1,5 milhão em espécie).

Como mostrou a Folha, áudios sugerem ter havido uso de caixa dois cobrado de empresários em troca da oferta de contratos futuros nas eleições de Camboriú e Balneário Camboriú, em Santa Catarina. Já em relação à infiltração de grupos criminosos com o processo eleitoral, o senador Davi Alcolumbre (AP) disse na quarta-feira (16), em sessão da Comissão de Constituição e Justiça, que há envolvimento direto "das facções criminosas em partidos políticos no Brasil, em candidaturas no Brasil, sejam de vereadores, de vice-prefeito ou de prefeitos". Alcolumbre é favorito para voltar a comandar o Senado a partir de fevereiro do ano que vem.

"As facções criminosas estão imperando nos rincões do Brasil e, infelizmente, também nos grandes centros. Isso é uma constatação. (...) Estamos vivendo no Brasil a permanente infiltração das facções criminosas no Estado brasileiro. Seja participando de procedimentos licitatórios com empresas laranjas para lavar dinheiro, seja participando de episódios na política diretamente com candidaturas." A presidente do TSE, Cármen Lúcia, já havia manifestado preocupação com o tema. Em entrevista ao jornal O Globo, disse avaliar a situação como "bastante grave".

"Especialmente considerando a ousadia do crime de querer ser o formulador de leis. Há um risco real de que esse comportamento se estenda às instâncias estaduais e até nacionais. É grave esse atrevimento criminoso." Atualmente, as eleições são financiadas majoritariamente com dinheiro público. Neste ano, foram R\$ 5 bilhões do Fundo Eleitoral e R\$ 1,2 bilhão do Fundo Partidário. Já as emendas parlamentares são recursos do Orçamento federal enviados pelos congressistas para estados e municípios. Totalizando mais de R\$ 50 bilhões, são alvos frequentes de suspeita de desvios, em especial as chamadas "emendas Pix", que entram nos caixas de governador e prefeito sem necessidade de projeto ou destinação específica.

Alguns políticos têm usado o argumento de descontrole sobre o caixa dois eleitoral como argumento para a defesa da volta do financiamento empresarial das campanhas, proibido pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em 2015, na esteira da Operação Lava Jato. As investigações apontaram que algumas dessas contribuições eram feitas pelas empresas a partidos e candidatos com o objetivo de obter vantagens em contratos públicos. Randolfe e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, foram alguns dos que defenderam publicamente o retorno do modelo. O líder do governo Lula no Congresso afirmou que apresentará uma Proposta de Emenda à Constituição para retomar o modelo.

Apesar do apoio em parte do mundo político e também de ministros do próprio STF, esse ponto encontra resistência em setores do Congresso e dos partidos, mediante a avaliação de que ele tem potencial muito maior de estar na raiz de casos de corrupção e de relações espúrias entre políticos e empresários. Cabe ressaltar ainda que brechas na legislação mantêm o financiamento das empresas até hoje, embora em menor volume, por meio da pessoa física de seus executivos.

Suspeitas Sob Investigação

Reportagem do Fantástico exibida no domingo (20) mostrou suspeita de que, no município paraense de Ourilândia do Norte, eleitores tenham vendido o voto e ido às urnas com óculos com câmera embutida a fim de filmar a votação na urna. Segundo a reportagem, o candidato a vereador Irmão Edivaldo, do MDB, foi

preso em flagrante depois de uma mesária abordar uma eleitora adolescente que estava com o dispositivo. Ele foi solto mediante pagamento de fiança.

O Ministério Público do Pará afirmou que acompanha o caso. O candidato, que foi reeleito, disse em sessão na Câmara Municipal que vai provar sua inocência. No Maranhão, também de acordo com o Fantástico, o Ministério Público abrirá procedimento investigativo sobre uma das disputas mais acirradas para prefeito do país. O candidato Ary Menezes (PP) foi eleito em Nova Olinda do Maranhão com apenas dois votos de vantagem sobre sua adversária. Eleitores da localidade relataram, após o pleito, que venderam o voto em troca, por exemplo, de materiais de construção. O candidato negou as acusações.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 22.10.2024 – PÁG. A21

Imposto de milionários reduz desigualdade e pode chegar a R\$ 90 bi, diz centro da USP

Cobrança aliada à correção da tabela do IR para R\$ 5.000 beneficiaria quem ganha entre R\$ 3 mil e R\$ 29 mil

Adriana Fernandes

A combinação de um imposto mínimo para milionários e a correção da faixa de isenção da tabela do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) para R\$ 5.000 beneficiaria quem ganha no Brasil entre R\$ 3.000 e R\$ 29 mil por mês, calcula o Made-USP (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo). O ganho de arrecadação com um imposto com alíquota de 12% seria de R\$ 65,9 bilhões, aponta. Uma alíquota de 15% garantiria uma receita adicional de R\$ 90 bilhões para o governo. A adoção das duas medidas teria impacto efetivo para aumentar a progressividade do sistema tributário brasileiro e reduzir a desigualdade de renda no país, conclui o estudo antecipado à Folha.



O Made-USP fez um estudo com simulações das duas medidas após a Folha revelar que o Ministério da Fazenda estuda a criação do imposto mínimo para as pessoas com renda igual ou superior a R\$ 1 milhão por ano. A ideia é que o aumento da arrecadação seja usado para bancar a correção da faixa de renda do IRPF para R\$ 5.000, promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A depender dos parâmetros utilizados para a correção da tabela do IRPF para R\$ 5.000, o Made-USP conclui no estudo que é possível que um imposto mínimo sobre os milionários seja capaz de gerar efeito fiscal neutro.

"Essa medida por si só pode ser muito efetiva para melhorar a progressividade do sistema brasileiro", diz Guilherme Klein Martins, professor na Universidade de Leeds do Reino Unido e pesquisador do Made-USP. O centro da USP fez as simulações com duas propostas para a correção da tabela do IRPF. A primeira leva em conta o projeto de lei 2.140, em tramitação no Congresso desde 2022, que prevê uma faixa de isenção até R\$ 5.200. Nesse cenário, a perda de arrecadação é de R\$ 135,8 bilhões.



CLIPPING

DATA

22.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

10 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

A segunda considera uma faixa única de cobrança do IRPF acima de R\$ 5.000, mantendo apenas uma alíquota de 27,5%. Esse modelo de tributação geraria uma perda de arrecadação de R\$ 90,9 bilhões, que na avaliação do pesquisador poderia ser compensada com a arrecadação do imposto mínimo. Hoje, a tabela do IRPF tem quatro faixas (7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%). O pesquisador avalia que é preciso fazer essa discussão de mudança tributária com o olhar atento para a realidade do sistema tributário brasileiro de elevada regressividade. O sistema regressivo faz com que as pessoas que ganham menos paguem proporcionalmente mais imposto do que os mais ricos.

Segundo ele, a alíquota efetiva —isto é, o valor pago como proporção da renda— despenca quando se chega no 1% mais rico da pirâmide de renda do Brasil. Isso ocorre porque há rendas elevadas dos milionários que são isentas do IRPF, como lucros e dividendos. "Quando se atenta apenas para os milionários, a alíquota efetiva atual não ultrapassa 5%", diz Klein. O estudo aponta que a combinação do imposto mínimo com a segunda proposta de correção da tabela pode reduzir em 0,3% o índice de Gini, indicador que mede a desigualdade de distribuição de renda.

"O aumento da progressividade do sistema é muito bem-vindo. O imposto mínimo, sem dúvida, é uma forma de fazer isso de forma engenhosa", ressalta Klein. O centro da USP fará novas simulações com outros cenários de correção da tabela. Os cenários foram traçados com base nos dados da DIRF (Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física) da Receita Federal e da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). De acordo com o pesquisador, a faixa de renda que seria beneficiada com as duas medidas representa 20% da população. "É uma faixa muito expressiva, que pega a classe média, que eu acho que é o que está na cabeça do presidente Lula", diz.

A correção da tabela do IRPF para R\$ 5.000 foi promessa de campanha de Lula, do ex-presidente Jair Bolsonaro e de Fernando Haddad (atual ministro da Fazenda) quando ele disputou a Presidência, em 2018. Para o pesquisador, é difícil saber exatamente o quanto de planejamento tributário poderia ser usado pelos milionários para fugir da tributação do imposto mínimo. Ele destaca, porém, que a Receita, a princípio, já tem as informações desses indivíduos e deve ser capaz de acompanhar mudanças muito drásticas. "Agora, isso de fato traz para discussão a importância de medidas de cooperação internacional para minimizar esse problema. O governo do Brasil inclusive tem puxado essa pauta na presidência do G20", diz.

Ao confirmar que a medida está em estudo, na semana passada, Haddad disse que a proposta de reforma da renda deve ser neutra do ponto de vista de arrecadação. O presidente Lula defendeu a taxação dos milionários para a correção da tabela do IRPF. Haddad, por sua vez, acenou que a reforma da renda pode ficar para o ano que vem. Os valores do Made-USP para a arrecadação do mínimo são superiores ao calculado pela equipe do economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto. Como mostrou a Folha, o imposto mínimo para milionários com uma alíquota efetiva de 12% tem potencial de aumentar a arrecadação do governo em R\$ 44,8 bilhões por ano.

Veja as simulações da USP

Alta de arrecadação com Imposto Mínimo

Alíquota de 12% - R\$ 65,9 bilhões

Alíquota de 15% - R\$ 90 bilhões

Perda de arrecadação com correção da tabela do IRPF

Proposta 1 - PL 2.140/22 que prevê isenção até R\$ 5.200 e quatro faixas (7,5%,15%,22,5% e 27,5%) - R\$ 135,8 bi

Proposta 2 - Isenção até R\$ 5.000 e uma única faixa de 27,5% - R\$ 90,9 bi

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 22.10.2024 – PÁG. 2

Trabalho infantil perpetua ciclo de pobreza para crianças negras, dizem pesquisadores

Condição concentra pretos e pardos, tira jovens da escola e diminui perspectiva de renda no longo prazo

Laura Intriери



Negros são maioria, ganham menos e ocupam as posições mais perigosas no trabalho infantil, apesar da redução do percentual de jovens sob esse tipo de condição no Brasil. Pretos e pardos, que são 59,3% da população de 5 a 17 anos, correspondem a 65,2% do 1,6 milhão de trabalhadores infantis na mesma faixa etária, mostram dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgados na sexta-feira (18).

Eles também são maioria (67,5%) entre os identificados em atividades consideradas perigosas pela Lista TIP, que reúne os piores e mais perigosos postos de trabalho. Os resultados ainda são desanimadores sob

essa perspectiva, mesmo após melhora em comparação com a série histórica, de acordo com especialistas ouvidos pela Folha.

Desde o início da série, em 2016, crianças e adolescentes pretos ou pardos representam mais de dois terços dos jovens no trabalho infantil. O menor valor é o de 2018, quando a proporção atingiu 64,9%. O IBGE interrompeu a coleta dessas estatísticas em 2020 e 2021 devido à pandemia. A prevalência mostra padrão contínuo de exploração a minorias raciais, de acordo com Michelly Antunes, líder de Programas e Projetos Sociais na Fundação Abrinq. "Ao submeter crianças negras a condições de exploração severas, com menores salários e mais riscos, o mercado de trabalho perpetua um ciclo de exclusão que compromete o desenvolvimento dessas populações, limitando suas oportunidades de ascensão social", diz.



CLIPPING

DATA
22.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
12 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Para pretos ou pardos no trabalho infantil, o rendimento médio em 2023 era de R\$ 707, 81% do que recebiam os jovens brancos na mesma situação. Na faixa etária de 5 a 13 anos, o valor cai para 69%. Para Antunes, além da diferença salarial, a divisão racial do trabalho reserva aos pretos e pardos, delegados às atividades mais prejudiciais, menores chances de desenvolvimento, "com menos proteção e menores perspectivas". Mulheres também são as mais afetadas pelo trabalho infantil. O rendimento médio dos trabalhadores infantis do sexo masculino era de R\$ 815, enquanto as do sexo feminino recebiam R\$ 695. Além disso, 56,9% das meninas de 5 a 17 anos desempenham trabalho doméstico, frente a 48,5% dos meninos.

"Vemos essas meninas futuramente como mulheres negras em posições de maior precarização no mundo do trabalho. Isso repercute na renda familiar futura, o que pode levar à reprodução do ciclo de trabalho infantil aos filhos dessas mulheres", diz Daniel Bento Teixeira, diretor-executivo do Ceert (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades). Um em cada cinco crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil trabalhavam 40 horas ou mais por semana, e o IBGE ressalta impactos na educação. Enquanto 97,5% da população de 5 a 17 anos de idade eram estudantes, a taxa cai para 88,4% entre os trabalhadores infantis. Estudos também mostram aumento de violência na vida de pessoas que saem da escola, o que potencializa exposições já sofridas pela população negra, de acordo com Teixeira. "Já temos um cenário de mortes violentas que movimentos sociais chamam de genocídio da juventude negra. A evasão escolar aumenta essa exposição, que vai levar ao encarceramento em massa, aos homicídios." A maior exposição ao trabalho infantil é um dos primeiros "pedágios" pagos por negros no desenvolvimento econômico e social ao longo vida, segundo Michael França, pesquisador do Insper e colunista da Folha. "Devido a essas barreiras e custos, muitos ficam pelo caminho.

Um indivíduo negro, sabendo que será discriminado no mercado de trabalho mesmo tendo o mesmo nível de educação que uma pessoa branca, pode questionar se vale a pena estudar", diz. O pesquisador destaca que, embora a taxa de fecundidade no Brasil esteja em declínio geral, o impacto da gravidez na adolescência é mais prevalente em áreas de baixa renda, onde causa efeito cascata: compromete a educação dos jovens pais, reduz a renda familiar e, conseqüentemente, aumenta a probabilidade de trabalho infantil.

A perpetuação do ciclo é alimentada pela falta de acesso à informação sobre saúde reprodutiva e métodos contraceptivos nas comunidades mais pobres, segundo França. "Um filho na adolescência causa uma evasão escolar da mulher muito acentuada, muitas vezes causa evasão escolar do pai também, quando ele assume a criança. Você tem ali uma família de renda muito baixa que às vezes vai ter o segundo e o terceiro filho logo em seguida, e os filhos, conseqüentemente, muitas vezes têm que começar a trabalhar cedo para ajudar no orçamento familiar." O percentual de crianças de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil recuou de 4,9% para 4,2% em 2023. O valor é o menor desde o início da série, em 2016, quando registrou 5,2%. Até então, o patamar mais baixo era de 4,5%, atingido em 2019.

A queda da proporção geral de crianças sob a condição se deve a melhorias econômicas e ações como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), segundo Laura Müller Machado, professora do Insper e ex-secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. As medidas de controle e mitigação ao trabalho infantil, entretanto, ainda carecem de fortalecimento, de acordo com a pesquisadora. "Os dados ainda surpreendem porque não conseguimos até agora zerar essa violação tão grave de direitos", diz.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 22.10.2024 – PÁG. A39

Sua majestade, o eleitor: ou por que votamos em tiranos?

A contribuição psicanalítica nessa contenda é centenária

Vera Iaconelli

Véspera de eleição e a pergunta que insiste é: por que galinha vota em raposa? Queremos entender por que mulheres votam em agressores e por que contribuintes entregam seus impostos a corruptos. Pergunta de um milhão de dólares que sociólogos, historiadores e psicólogos vêm tentando responder com mais afinco a partir da Primeira Guerra Mundial, momento no qual ficou claro que o ideal iluminista tinha saído pela culatra. Quanto mais o Ocidente se arvorava como a parte civilizada da humanidade, quanto mais apostava no controle dos impulsos pela força da razão, mais se afogava em sangue fratricida. O plano que supõe que a vontade dominaria nosso desejo ingovernável carece de ser combinado com os russos.

A contribuição psicanalítica nessa contenda é centenária, posto que o surgimento da psicanálise é contemporâneo da derrocada civilizatória ocidental. Embora nossa civilização, imperialista, escravocrata e feminicida, já fosse baseada no horror, a ficha só começa a cair quando a brutalidade é encenada dentro do velho continente. A imagem associada aos "selvagens" do sul global, que servia de antítese para os ideais racionalistas, empalidece diante da carnificina da Primeira Guerra Mundial.

Mas, afinal, por que seguimos líderes que nos prejudicam e nos fazem rumar em direção ao pior? Puxarei apenas um fio da meada dessa discussão, cuja complexidade não será contemplada aqui. Para Freud, a criança pequena vive a experiência primordial de se considerar "sua majestade, o bebê". Isso significa que há um momento no qual ela acredita ser o centro do universo. Estamos falando de como a fantasia onipotente serve para mascarar o desamparo inicial, com o qual a criança ainda não pode lidar.

Mas se engana quem pensa que a constituição psíquica é feita de fases do desenvolvimento a serem alcançadas e superadas, como numa lista de supermercado à qual damos "check". Trata-se de um processo contínuo de reconhecimento de que somos seres desamparados, finitos e que, vez por outra, mesmo adultos, apelamos à miragem de um salvador, aquele que não estaria inteiramente constrangido pelos limites da realidade.

Políticos autoritários, por outro lado, ao encarnarem aspirações megalomaniacas, fazem valer na forma de privilégios ou do franco abuso de poder o lugar da majestade, que todos fantasiemos um dia ter vivido. E são esses que nos servem de modelo, acenando com a miragem de um trono sempre pronto a ser ocupado por um de nós. Os ideais igualitários, coletivistas, comunitários ferem de morte nossas aspirações delirantes de um dia reinarmos absolutos sobre os demais. Manter alguém ocupando o lugar de exceção é manter o próprio lugar de exceção como virtualmente acessível a nós.



A resistência do cidadão comum à taxação de grandes fortunas, por exemplo, que atingiria uma parcela ínfima da população, vai além da ignorância. Ela é tão irracional quanto as fantasias inconscientes que nos impulsionam, aquelas que os iluministas acreditavam poder controlar. As redes sociais manipulam e potencializam nossa megalomania infantil, criando efeitos coletivos até então inéditos. Domingo próximo é dia de eleição, o que não deixa de ser um tipo de psicodiagnóstico social.

JORNAL – O HOJE – 22.10.2024 – PÁG. 10

STJ firma posicionamento sobre nova lei que modifica progressão de regime

Manoel L. Bezerra Rocha



A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a exigência de exame criminológico para a progressão de regime penal caracteriza novatio legis in pejus (lei nova mais severa que a anterior) e, portanto, não se aplica aos presos condenados antes da publicação da Lei 14.843/2024, que alterou o artigo 112, parágrafo 1º, da Lei de Execução Penal. A decisão foi tomada no julgamento de um recurso em habeas corpus, que chegou ao STJ após o tribunal de origem manter a determinação do juízo da execução penal, o qual exigia a realização do exame criminológico para a concessão da progressão de regime. O relator, ministro Sebastião Reis Junior, ressaltou que a exigência de realização do exame criminológico para

toda e qualquer progressão de regime, instituída pela Lei 14.843/2024, incrementa os requisitos para a obtenção do benefício, aumentando a dificuldade para o apenado alcançar regimes prisionais menos gravosos à liberdade.

O relator destacou que a retroatividade da lei, na hipótese dos autos, é inconstitucional por ferir o artigo 5º, XL, da Constituição Federal, além de violar o artigo 2º do Código Penal. Conforme apontou, a retroatividade apenas é admitida quando a nova lei é mais benéfica. Para o ministro, o caso em discussão se assemelha à inaplicabilidade da Lei 11.464/2007, no tocante à progressão dos condenados por crimes hediondos, aos casos anteriores à sua vigência. Segundo explicou, tal entendimento resultou na edição da Súmula 471. Por outro lado, Sebastião Reis Junior comentou que, para as situações anteriores à edição da nova lei, permanece a possibilidade de exigência da realização do exame criminológico, desde que devidamente motivada, nos termos da Súmula 439 do STJ.

Sem improbidade

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o trancamento de uma ação civil de improbidade administrativa que tramitava na Justiça de São Paulo contra diversos réus, entre eles o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin. A decisão foi tomada na Reclamação (Rcl) 71505. A ação, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP), se refere ao suposto recebimento de Caixa 2 da Construtora Odebrecht para a campanha eleitoral de 2014, quando Alckmin, ex-governador de São Paulo, concorreu à Presidência da República.

Periculosidade

A uma empresa sucroalcooleira, de Santo Antônio da Barra (GO), foi condenada pela Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho a pagar adicional de risco a um brigadista que atuava na prevenção de incêndios. A empresa alegava que o empregado jamais esteve em condições perigosas, mas, de acordo com a Turma, a lei é clara ao incluir a prevenção de incêndios como atividade típica do bombeiro civil. O brigadista disse na ação trabalhista que foi contratado como operador de ETA (estação de tratamento de água), mas depois fez curso de brigadista e passou a atuar na prevenção e no combate a incêndios.

STF realiza audiência pública sobre a proliferação de escolas cívico-militares

O Supremo Tribunal Federal (STF) realiza hoje (22), uma audiência pública para discutir o Programa Escola Cívico-Militar no Estado de São Paulo. O objetivo é colher informações técnicas e especializadas para subsidiar o Tribunal no julgamento de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidades apresentadas contra a lei estadual que institui o programa nas escolas públicas estaduais e municipais de educação básica. As ADIs 7662 e 7675 foram propostas, respectivamente, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Comissão da Câmara aprova incentivo feminino na construção civil

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que incentiva a participação feminina na construção civil. O texto prevê qualificação profissional e reserva de vagas (de 5% a 10% dos cargos operacionais e gerenciais) para mulheres em empresas do setor que participam de licitações. O texto aprovado permite ao governo federal celebrar convênios com estados e municípios para a criação de programa de inserção profissional de mulheres na construção civil.



O programa poderá prever medidas como qualificação profissional para a atividade, inclusão de mulheres vulneráveis na construção civil e difusão de informações sobre o direito de igualdade da mulher entre os empregados do setor. O projeto também prevê que a reserva de vagas sirva como critério de desempate em licitações públicas. A cota será prevista no edital de licitação, contratos e renovações contratuais.

Cultura policialesca

A 6ª Turma do STJ validou as ações que levaram a flagrantes de tráfico de drogas em dois casos nos quais a guarda fazia patrulhamento como se polícia fosse.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 22.10.2024 – PÁG. 04

Lula é o grande ausente na reunião do Brics

O Brasil é um dos fundadores do Brics, como a Índia e a África do Sul, mas quem dará as cartas no grupo na reunião de hoje é a China, aliada à Rússia

Luiz Carlos Azedo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva será o grande ausente da 16ª Cúpula dos líderes do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que começa hoje, em Kazan, na Rússia. Para o presidente russo Vladimir Putin, o evento tem importância estratégica, porque sinaliza para o mundo que seu isolamento não foi um objetivo alcançado pelo Ocidente, com as sanções econômicas adotadas por Estados Unidos, Inglaterra e União Europeia, por causa da invasão da Ucrânia pelas tropas russas.



Lula foi impedido de participar do encontro em razão de um acidente doméstico — uma queda no banheiro —, no qual bateu com a cabeça e teve que levar cinco pontos. Ele foi impedido de viajar porque ainda se encontra sob observação médica. Esse tipo de acidente é muito perigoso e pode provocar lesões cerebrais. Entretanto, politicamente, sua ausência é providencial, diante de algumas questões incômodas que serão tratadas nessa reunião, como os pedidos de adesão da Venezuela de Nicolás Maduro; da Nicarágua de Daniel Ortega; e do Afeganistão dos Talibãs. O Brasil é contra.

O Brasil é um dos fundadores do Brics, como a Índia e a África do Sul, mas quem dará as cartas no grupo na reunião de hoje é a China, aliada à Rússia. O chefe da delegação brasileira é o chanceler Mauro Vieira, porém, Lula participará da cúpula por videoconferência, segundo o Palácio do Planalto. A realização da reunião em Kazan é um desafio ao Ocidente por si mesma, uma vez que o encontro foi montado sob medida para Putin. A cúpula de Kazan contará com os novos integrantes do grupo: Egito, Irã, Emirados Árabes Unidos e Etiópia. A Arábia Saudita ainda não oficializou sua entrada, mas já foi aceita no bloco.

O pano de fundo da reunião, inevitavelmente, será a guerra da Ucrânia. A posição de Lula sobre essa questão é ambígua. "Acho que a Rússia cometeu um erro crasso de invadir o território de outro país. Mas acho que quando um não quer, dois não brigam. Precisamos encontrar a paz", sustenta. Lula já chegou a dizer que os presidentes da Rússia, Vladimir Putin, e da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, "estão gostando da guerra". Lula e Xi Jinping apresentaram um plano de paz para a guerra da Ucrânia no Conselho de Segurança da ONU, mas dificilmente sairá do papel. É rejeitado pelos Estados Unidos e pela União Europeia. O Brasil votou a favor da resolução da Assembleia Geral da ONU sobre a integridade territorial da Ucrânia, em outubro de 2022, e de resolução sobre paz duradoura e fim dos conflitos, em fevereiro de 2023, o que representa um compromisso do governo brasileiro com a paz.

Sul global

A importância do Brics é mais econômica do que política, porém, o grupo ganha um viés ideológico antiocidental em razão da nova "guerra fria" entre os Estados Unidos e a Rússia, tendo por pano de fundo a disputa comercial norte-americana com a China. As economias do Brics suplantam as do G7. O PIB da Alemanha, da Áustria, da Finlândia e da Estônia está encolhendo; a União Europeia vive um momento de estagnação econômica e certa incerteza política. Mais de 30 países desejam ingressar no Brics, entre os quais Azerbaijão, Bolívia, Honduras, Venezuela, Cuba e Turquia. A Rússia veta a entrada dos que apoiam as sanções norte-americana e europeias a sua economia.

O viés antiocidental do encontro de Kazan é um problema para a diplomacia brasileira, mas agrada a uma parcela do governo e, principalmente, a cúpula do PT. A tese de que algumas das instituições da ordem internacional estão voltadas contra os países em desenvolvimento e que o bloco pode ser um caminho para uma reforma ganha força. China e Rússia tiram proveito dessa questão, mas Brasil, Índia e África do Sul também querem manter relações boas com os Estados Unidos e União Europeia.

A Índia é a grande concorrente da China e procura ampliar sua influência na África, onde aumentou de 25 para 43 o número de embaixadas. O país é o quarto maior parceiro comercial africano e a quinta maior fonte de investimento direto estrangeiro na região. A economia indiana deverá crescer 6,5% ao ano entre 2024 e 2028, e tornar-se a terceira maior economia do mundo até 2032, ultrapassando o Japão e a Alemanha. O Itamaraty tem por tradição uma política flexível, independente e pragmática, porém, o ex-chanceler e assessor especial da Presidência Celso Amorim aposta cada vez mais nas relações com o chamado Sul global, para projetar a liderança de Lula nos países em desenvolvimento. Entretanto, as relações com países da América do Sul, principalmente do Mercosul, não têm sido fáceis para Lula. Até novembro deste ano, o Brasil também ocupará a liderança rotativa do G20, grupo que reúne as 19 principais economias do mundo, além da União Europeia e da União Africana, que se reunirá no Rio de Janeiro, em novembro. No próximo ano, o Brasil assumirá a presidência do Brics e sediará a 30ª Conferência sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP30) em Belém.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 22.10.2024 – PÁG. 07

BNDES aprova financiamento de R\$ 35,7 milhões para empresa de IA

O projeto, que faz parte do programa BNDES Mais Inovação, visa integrar o uso de inteligência artificial para otimizar processos nos setores bancário e de mineração

Pedro José

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou nesta segunda-feira (21/10) um financiamento de R\$ 35,7 milhões para a Quality Software, com o objetivo de desenvolver plataformas digitais inovadoras. A iniciativa, parte do programa BNDES Mais Inovação, visa atender clientes dos setores bancário e de mineração, integrando o uso de inteligência artificial para melhorar a eficiência e a confiabilidade de processos digitais.



No setor bancário, a inovação proposta pretende otimizar a análise de documentos e garantir a conformidade das operações de câmbio com as regulamentações do Banco Central, melhorando a governança do processo. Já na mineração, o projeto permitirá medir estoques de forma mais precisa, utilizando drones equipados com visão computacional e interpretação geodésica 3D.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, destacou o impacto positivo do projeto na geração e manutenção de empregos qualificados, além de seu alinhamento com a política industrial do governo, que visa a transformação digital como forma de aumentar a produtividade do setor industrial. O diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, José Luís Gordon, por sua vez, ressaltou que “os recursos do BNDES Mais Inovação serão fundamentais para o desenvolvimento de novas soluções na plataforma tecnológica da companhia, baseadas em Inteligência artificial”.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 22.10.2024 – PÁG. 11

Congresso versus Supremo: quem não deve não treme

Essa manifestação agressiva, e muitas vezes exagerada, do meio político, escolhendo o Supremo como algoz, pode se virar contra o próprio Congresso

José Natal



Em setembro de 1993, percorrendo a Amazônia em campanha presidencial para as eleições de 1994, o agora presidente Luiz Inácio Lula da Silva disparou para todo o mundo ver e ouvir que havia no Congresso Nacional "uma minoria de parlamentares que se preocupa e trabalha pelo país, mas há uma maioria de uns 300 picaretas que defende apenas seus próprios interesses". A fala do candidato Lula da Silva foi criticada de forma pesada e agitou o meio político na época. O deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), que presidia a Casa, exigiu medidas severas contra o petista. Rolou até insinuações de que a declaração de Lula tinha um viés contra a democracia, visando desprestigiar a Câmara. Lula ratificou a declaração no dia seguinte, citando que, para identificar os picaretas, bastava "acompanhar as votações do Congresso, como a que decidiu sobre a duração do mandato do ex-presidente José Sarney em 1988".

Os roqueiros da banda Paralamas do Sucesso surfaram na onda da crítica de Lula e, já no ano seguinte, passaram a tocar a música Luiz Inácio e os 300 picaretas. Foi um agito. Fernando Gabeira, que ficou 16 anos na Câmara, também cutucou o assunto e, em um artigo do Jornal O Estado de São Paulo, citou que a estimativa de Lula tinha lá suas razões, ironizando que esse número poderia girar em torno de 312 a 417 parlamentares. O clima esquentou, mas isso foi há 31 anos. Antes disso e depois disso, esse embate entre Legislativo, Executivo e Judiciário alterna dosagem a cada ano que passa. É o Legislativo que se queixa da



CLIPPING

DATA

22.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

19 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

intromissão do governo em assuntos do parlamento, ou então o Judiciário investe em setores que os políticos rejeitam.

Isso é fato, não se trata de especulação. A batalha de gabinetes e tribunas agora ganha corpo entre congressistas e os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Diga-se de passagem, mais uma disputa de egos por parte de alguns políticos, constantemente na defensiva e em muitos casos buscando argumentos que os livre da mão pesada da lei, que deles tira o sono e votos. Guardiã da Constituição e vigilante, o Supremo, desde que existe, fez e continuará fazendo o seu papel, mesmo que algumas decisões incomodem Marias e Josés. O momento atual dessa polêmica que nunca termina se fortalece agora, quando as chamadas decisões monocráticas passam a acontecer com uma frequência maior.

Acostumado aos debates e com liberdade de opinião explícita, o parlamento manifesta seu descontentamento e escolhe um alvo para desaguar suas mágoas. Esse alvo é o ministro Alexandre de Moraes, mesmo não sendo ele o único a adotar medidas que desagradam aos parlamentares. Esquecem os políticos de que a comunidade também deposita neles votos de esperança e, quase sempre, busca amparo para algumas importantes decisões que balizam comportamentos, atualizam leis e costumes e os elege para que mudem sua vida. Ou que, pelo menos, sinalizem gestos nessa direção. Alguns radicais, impulsionados por líderes pouco preocupados com as consequências que afetam o meio social e a vida rotineira do país, fazem uma fuzarca particular e, mesmo sabendo que serão derrotados, insistem em alterar a regra do jogo. Mesmo sem o apoio popular e contrariando a lógica política, movimentos isolados esbravejam um pedido de impeachment do presidente do STF, como se fosse um manifesto de torcidas em estádios de futebol. Ora, senhores, mesmo que muitos ainda não acreditem, nossa bandeira da república de bananas há muito que foi rasgada.

Com o habitual bom senso de sempre e amparado pela base consciente do Senado Federal, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, afirma respeitar os apelos dos parlamentares, mas a hora é de rejeitar casuísmos e lembrar a todos que o país carece de outras providências. Questionar a seriedade e as ações do Supremo, com certeza, não é uma delas. O Brasil tem um histórico não muito positivo quando o assunto é relacionado à classe política. Claro que o erro de alguns, muitas vezes, prejudica outros que nada fizeram de errado. Essa manifestação agressiva, e muitas vezes exagerada, do meio político, escolhendo o Supremo como algoz, pode se virar contra o próprio Congresso. Aqui, vale a máxima de que nada há a temer quando nada de errado foi cometido. Cada um que faça sua parte, e que faça bem-feita. Quem não deve não treme.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 22.10.2024 – PÁG. E1

Justiça garante à Engie créditos de PIS/Cofins sobre gastos com pesquisa e desenvolvimento

É a primeira decisão judicial favorável ao contribuinte da qual se tem notícia

Adriana David

O Judiciário concedeu à empresa de geração e comercialização de energia Engie Brasil o direito a créditos de PIS e Cofins sobre despesas decorrentes de investimentos obrigatórios em pesquisa e desenvolvimento (P&D). É a primeira decisão judicial favorável ao contribuinte da qual se tem notícia. Até então, só havia precedentes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A sentença que beneficia a Engie Brasil é do juiz Rodrigo Koehler Ribeiro, da 9ª Vara Federal de Florianópolis. A decisão, segundo especialistas, poderá servir de precedente para outras empresas do setor de energia que também investem obrigatoriamente em P&D e discutem na Justiça o direito a créditos das contribuições.



Conforme a Lei nº 9.991/2000, empresas geradoras de energia precisam investir, anualmente, pelo menos 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento para fomentar tecnologias mais limpas e eficientes, diminuindo impactos climáticos e ambientais. A receita operacional líquida da Engie Brasil totalizou R\$ 10,748 bilhões em 2023. Na decisão, o magistrado afirma que as despesas obrigatórias com insumos para investimento em P&D geram créditos de PIS e Cofins por se tratar de uma obrigação legal diretamente relacionada à principal atividade da empresa (processo nº 04404-51.2024.4.04.7200).

Em relação a alguns desses insumos, já há soluções de consulta da Receita Federal ou acórdão da Câmara Superior do Carf favoráveis ao contribuinte - não relacionadas diretamente, porém, aos investimentos obrigatórios em pesquisa e desenvolvimento. São os casos de gastos com equipamento de proteção individual - EPI (Solução de Consulta Cosit nº 32/2020) e vale-transporte (Solução de Consulta Cosit nº 249/2023). Há também posicionamento sobre custos de uniformes no setor alimentício (Solução de Consulta Cosit nº 156/2020) e no setor aéreo (acórdão nº 9303-014.099). O juiz baseou sua decisão no artigo 3º, inciso II, das Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03. O dispositivo prevê o aproveitamento de bens e serviços como insumos na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda ou prestação de serviços para fins de creditamento e dedução dos respectivos valores da base de cálculo de PIS/Cofins.

Na sentença, o magistrado também concedeu à Engie Brasil o direito de compensar na esfera administrativa ou pedir de volta no Judiciário os valores indevidamente pagos nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação e os recolhidos após entrar com o processo na Justiça. Na prática, a decisão afasta o posicionamento da Receita Federal divulgado por meio da Solução de Consulta Cosit nº 300, de 2023, solicitada pela Engie. Nela, o órgão afirma que esse tipo de custo obrigatório não gera créditos das contribuições por considerar que tais despesas não estariam diretamente ligadas ao processo produtivo da empresa.



CLIPPING

DATA
22.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
21 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

“Além do ineditismo da decisão, ela afeta todo o setor de energia”, diz Frederico Pereira Rodrigues Cunha, sócio do Gaia Silva Gaede Advogados, que representa a Engie no processo. Ele cita alguns dos insumos usados pela Engie como exemplos, entre eles EPI, vale-transporte e tratamento de afluentes. Já na opinião do advogado tributarista, João Henrique Gasparino, sócio do Grupo Nimbus, essa decisão pode aumentar a competitividade do setor, estimular o desenvolvimento tecnológico e promover a sustentabilidade energética.

Receita Federal tem limitado o direito a créditos de PIS e Cofins” — João H. Gasparino

“Ao pavimentar o caminho pela redução da carga tributária do setor, ao permitir o aproveitamento de créditos sobre os investimentos obrigatórios em P&D, a decisão libera recursos financeiros que podem, inclusive, ser investidos em inovação, expansão da infraestrutura e melhoria dos serviços”, diz. De acordo com Gasparino, na prática, a Receita Federal tem limitado o direito a créditos de PIS e Cofins sob o argumento de que é necessária vinculação direta dessas despesas com o processo produtivo.

“O órgão adota uma postura restritiva para evitar ampliações no conceito de insumo que possam resultar em perdas significativas de arrecadação”, afirma o advogado. Gasparino lembra, porém, que o artigo 176, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução Normativa nº 2.121/2022, da própria Receita Federal, estabelece o direito a créditos sobre bens e serviços decorrentes de imposição legal. Empresas de diversos segmentos também têm buscado o Judiciário para tentar obter o reconhecimento de créditos de PIS e Cofins relacionados a despesas obrigatórias. Em relação ao cumprimento da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), há decisões favoráveis e desfavoráveis aos contribuintes.

A Zoop Tecnologia e Meios de Pagamento conquistou no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) a permissão para aproveitar os créditos sobre despesas para se adequar à LGPD. No caso, a desembargadora relatora Carmen Silvia Lima de Arruda entendeu que as despesas com a implementação de medidas previstas na norma estão diretamente relacionadas à atividade-fim da empresa (processo nº 5112573-86.2021.4.02.5101). Porém, a empresa do ramo de vestuário TNG não conseguiu decisão favorável. No TRF da 3ª Região, o desembargador Luis Antonio Johonsom Di Salvo, relator do caso, concluiu que o investimento em LGPD para uma indústria de roupas deveria ser enquadrado como custo operacional e não como insumo.

Em seu voto, o relator afirma que a empresa pediu créditos de PIS e Cofins “sem comprovar ou sequer especificar quais gastos seriam esses, questão que, evidentemente, não cabe ser abordada na via estreita do mandado de segurança” (processo nº 5003440-04.2021.4.03.6000). No caso da Engie, a União pode entrar com recurso de apelação e levar a discussão ao TRF da 4ª Região. O advogado representante da Engie acredita que a Receita Federal deverá seguir a linha da solução de consulta e alegar que, apesar de ser uma obrigação legal, as despesas não estariam diretamente atreladas à geração de energia e, assim, não gerariam direito de crédito. “Esse processo deve chegar ao Tribunal e até ao STJ”, afirma Cunha.

SP negocia R\$ 50 bi de ICMS com empresas

Terceiro edital do Acordo Paulista tem como alvo companhias em recuperação judicial, extrajudicial, liquidação judicial e falência

Marcela Villar



O governo de São Paulo abriu prazo para negociar R\$ 50 bilhões em dívidas de ICMS com 3,1 mil empresas em reestruturação. No terceiro edital do Acordo Paulista (nº 3/2024), a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) tem como alvo companhias em recuperação judicial, extrajudicial, liquidação judicial e falência. Os benefícios são um desconto de até 100% de multa, juros e honorários e pagamento do débito em até 145 parcelas de, no mínimo, R\$ 500, sem entrada.

A terceira fase do programa permite que parte da quitação (máximo de 75%) seja feita com precatórios ou créditos acumulados de ICMS, inclusive de terceiros. Segundo advogados, as condições são vantajosas, apesar de algumas travas. Uma delas é que a redução não ultrapasse 70% da dívida e é preciso pagar todo o principal. O edital foi publicado ontem, no Diário Oficial do Estado. A adesão deve ser feita até 31 de janeiro de 2025.

Os créditos elegíveis são apenas os inscritos em dívida ativa, sendo vedados os garantidos por depósito, carta ou seguro-fiança de ações que não transitaram em julgado. Também não podem ser negociadas parcelas de ICMS destinadas ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOEP) e contribuintes que tiveram uma transação rescindida nos últimos dois anos. São Paulo tem R\$ 417,7 bilhões em dívida ativa, sendo 94% de débitos de ICMS, o equivalente a R\$ 392,9 bilhões, segundo dados de setembro divulgados pelo governo. O estoque cresceu 24,7% nos últimos cinco anos e o de ICMS aumentou 23,3%, comparado ao mesmo período de 2020. Dos 500 maiores devedores do governo, 18 são empresas em recuperação judicial ou em falência.

O foco por empresas insolventes foi um pleito do setor, diz a procuradora-geral do Estado, Inês Coimbra. “Temos hoje um contencioso jurídico por conta da Lei de Recuperação Judicial, que exige a certidão negativa de débitos fiscais como condição para o deferimento de uma recuperação e havia um pleito de que houvesse uma alternativa para que conseguissem entrar em conformidade”, afirma. Não há estimativa de arrecadação, mas a procuradora diz estar “bastante otimista”, devido ao histórico dos últimos editais. No primeiro, publicado em fevereiro, foram negociados R\$ 46,5 bilhões, gerando arrecadação de R\$ 14,9 bilhões - mais do que os R\$ 8 bilhões esperados. Ele contemplava dívidas de ICMS, mas foi mais abrangente e com condições menos vantajosas - a entrada era de 5% e o máximo de parcelas eram 120. O segundo edital, destinado a regularizar débitos de IPVA, ainda está aberto até 20 de dezembro deste ano.

Inês afirma que não poderia dar desconto sobre o principal, pois caracterizaria “renúncia de receita”. “Teria de fazer compensações para atender a lei de responsabilidade fiscal.” O Acordo Paulista como um todo, diz, faz parte de um programa mais amplo da PGE de modernizar a cobrança da dívida ativa. “A judicialização

feita de maneira acrítica já se mostrou ineficiente e cara. Isso mostra a necessidade de adotar uma nova forma de lidar com isso”, completa. Para Andréa Mascitto, sócia do Pinheiro Neto Advogados, o terceiro edital pode beneficiar mais os contribuintes com dívidas recentes. “A regra é poder ser desonerado totalmente de multa e juros e consectários. Só que se sua dívida for tão antiga a ponto de que tudo isso passe de 70%, será aplicada a trava”, afirma. No geral, ela recomenda a adesão. “É uma oportunidade muito boa, sobretudo porque 75% do valor podem ser pagos com moeda de troca, com créditos e precatórios.”

O pagamento com essa “moeda” pode movimentar o mercado de créditos e precatórios, diz André Buttini de Moraes, sócio do ButtiniMoraes. “É uma oportunidade para o devedor, porque pode adquirir créditos com deságio e regularizar. E uma oportunidade para o credor, que pode negociar fora do ProAtivo e outros programas”, diz ele, citando programa que libera créditos de ICMS com um certo limite por empresa. A negociação é relevante por conta da reforma tributária. O ICMS será extinto e, partir de 2032, as empresas terão 20 anos para compensar o estoque de créditos do tributo com o IBS. “As empresas têm que se esforçar para monetizar, utilizar e liquidar esses créditos até 2032, porque o Estado dá uma cota limitada por empresa, que não é suficiente. Então, têm que adotar medidas alternativas para escoar”, afirma Buttini. O governo paulista começou a fazer transações tributárias em 2020, com a publicação da Lei nº 17.293. Ela foi alterada pela Lei nº 17.843/2023, que criou o Acordo Paulista. Segundo Buttini, outros Estados adotaram o modelo, como Goiás, Bahia e Espírito Santo. A cerimônia de lançamento do edital foi realizada na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), com participação da procuradora Inês Coimbra, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e autoridades.

Destaque

Verbas de cuidadora

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que o filho de uma idosa não tem responsabilidade pelo contrato de emprego firmado por sua irmã com uma cuidadora para acompanhar a mãe, que estava acamada. De acordo com a 5ª Turma, não houve fraude ou sucessão entre empregadores para justificar a responsabilização do homem, que não estava registrado como empregador nem dirigia os serviços da profissional. A trabalhadora apresentou ação judicial contra os dois filhos da idosa para pedir o pagamento de verbas rescisórias e adicional noturno, entre outros direitos, alegando ter sido contratada pelos dois.



O juízo da 14ª Vara do Trabalho de Vitória (ES) deferiu parte das parcelas pedidas, mas excluiu o filho da idosa do processo. Segundo ficou provado, ele não morava na mesma casa nem era responsável direto pelos cuidados com a mãe. Ao julgar recurso, porém, o Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES) aplicou a responsabilidade solidária ao filho da idosa. No TST, o relator do caso, ministro Breno Medeiros, reformou o acórdão. Entendeu que não cabe aplicar a chamada responsabilidade solidária com base apenas na constatação dos deveres gerais de cuidado que as regras de direito civil impõem aos descendentes (com informações do TST).

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 22.10.2024 – PÁG. E2

Debêntures para financiar o setor elétrico

Trata-se, sem dúvida, de uma alternativa de financiamento que deve continuar se difundindo para possibilitar amortização, refinanciamento ou quitação de dívidas contraídas pelas empresas

Renata Homem de Melo e Elise Calixto Hale Crystal



Os avanços observados no setor elétrico nos últimos anos refletem-se também na mudança das fontes de financiamento dos projetos, os quais, devido ao seu caráter estrutural e de capital intensivo, eram obtidos

inicialmente com o apoio estatal, por parte do BNDES e outros bancos regionais de desenvolvimento e agora passam a contar também com o mercado de capitais, devido ao crescente dinamismo e complexidade no fluxo de captações de recursos.

Nesse cenário, a emissão de títulos como as debêntures têm ganhado relevância cada vez maior no financiamento dos projetos do setor elétrico. As debêntures incentivadas, criadas pela Lei nº 12.431/11, são títulos de dívida emitidos por companhias com promessa de pagamento de juros após certo período que oferecem benefícios tributários para os investidores (pessoas físicas), como a isenção do Imposto de Renda sobre os rendimentos, tornando-as atraentes e ajudando a reduzir o custo de financiamento para as companhias emissoras.

Visando expandir as alternativas de financiamento para os projetos de infraestrutura no Brasil, principalmente atraindo investidores institucionais, foi sancionada a Lei nº 14.801/24, que criou um novo tipo de instrumento: a debênture de infraestrutura, título de dívida com benefícios fiscais para os seus emissores (sociedades de propósito específico, concessionárias, permissionárias ou arrendatárias), podendo deduzir da base de cálculo do IRPJ e CSLL até 30% da soma dos juros pagos pelos títulos. Para regulamentar essa lei, foi publicado o Decreto nº 11.964/24, estabelecendo os procedimentos para o enquadramento de projetos prioritários para fins de emissão tanto das novas debêntures de infraestrutura quanto das debêntures incentivadas já existentes. Tal texto visava simplificar os processos de emissões de debêntures, tornando-os mais ágeis e eficientes, reduzindo a burocracia e acelerando o tempo para a obtenção de recursos.

A nova legislação deveria trazer segurança jurídica, mas, em um primeiro momento, gerou dúvidas. Isso porque houve demora na emissão de novas portarias ministeriais que definiriam os requisitos e procedimentos para emissão das debêntures de projetos considerados prioritários, assim como o benefício fiscal introduzido para as debêntures de infraestrutura não estava claro, principalmente em relação ao



CLIPPING

DATA

22.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

25 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

conceito de juros e sua abrangência e fez com que tais debêntures não ficassem no foco das companhias após a promulgação da lei.

Tais questões estão sendo superadas, já que as novas portarias estão sendo emitidas pelos Ministérios setoriais competentes e a Secretaria da Receita Federal, em razão de um pedido de esclarecimento feito pela Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, se manifestou indicando que o montante dos juros deve considerar todo o componente remuneratório das emissões, isto é, tanto a parte pré-fixada quanto a parte relacionada a índices de mercado. Apesar de não ser um posicionamento vinculante, é um entendimento relevante porque demonstra que o objetivo da legislação é incentivar esse tipo de emissão. Essa estrutura de financiamento por meio de emissão de debêntures agrada o mercado, pois, conforme o boletim da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, até julho, foram captados cerca de R\$ 83,6 bilhões por meio de debêntures incentivadas, valor já muito maior do que o total registrado no ano de 2023 (R\$ 63,8 bilhões), sendo que R\$ 33,1 bilhões (quase 40% desses valores) provêm de títulos emitidos por companhias do setor elétrico.

De fato, os benefícios fiscais das debêntures são grandes atrativos e permitem que o emissor do título ofereça uma rentabilidade maior atraindo um novo perfil de investidor para os projetos do setor, tais como investidores institucionais e grandes fundos internacionais, reconhecidos pela atuação e fomento nos projetos de geração de energia renovável, além de fundos e pensão e de previdência. Apesar do tratamento legal unificado para os dois tipos de debêntures trazidos pelo decreto, é vedada a cumulação dos benefícios tributários para uma mesma debênture, mas é permitida a emissão dos dois tipos de debêntures (incentivada e de infraestrutura) para o mesmo projeto, desde que a soma dos valores captados não exceda o montante equivalente às despesas de capital do projeto. A emissão de ambos os títulos pode ser utilizada, inclusive, para aproveitar o melhor de cada incentivo a depender da fase do projeto, já que no caso das debêntures de infraestrutura o benefício tributário somente é obtido quando o projeto passa a apresentar resultado líquido.

Assim, para garantir a emissão de títulos competitivos e adequados, é necessário o exame de informações detalhadas sobre o projeto, tais como tipo do projeto, para qual público-alvo será direcionado, estabilidade de resultados, entre outros, de forma a garantir a escolha da melhor opção, capturando a demanda existente no Brasil por infraestrutura. Trata-se, sem dúvida, de uma alternativa de financiamento que deve continuar se difundindo para possibilitar amortização, refinanciamento ou quitação de dívidas contraídas pelas empresas do setor, bem como a implementação de novas obras de expansão do parque gerador renovável e dos sistemas de transmissão para dar apoio aos processos de descarbonização das empresas.

DATA COMEMORATIVA DO DIA– SEBIB

Dia 22 de outubro - Dia Internacional de Atenção à Gagueira

No dia 22 de outubro de 1988 foi instituído o Dia Internacional de Atenção à Gagueira pela Associação Internacional de Fluência (IFA) e pela Associação Internacional de Gagueira (ISA). Esta data tornou-se referência para a promoção da desmistificação de diversos pontos relacionados à gagueira, além de promover a conscientização acerca do assunto. Um levantamento feito pelo IBGE estima que cerca de 2 milhões de pessoas gaguejam de forma crônica no Brasil. Calcula-se, ainda, que 5% das crianças apresentam gagueira, que manifesta-se frequentemente antes dos 6 anos de idade.



O fonoaudiólogo é um dos profissionais que intervêm no tratamento da disfluência na fala, como é denominada a gagueira. A recomendação é que os pais, ao observarem que a criança gagueja, levam-na ao profissional especializado, a partir dos três anos de idade. Na fase adulta, além do acompanhamento profissional, o apoio da família e de amigos é fundamental.

É importante destacar que a gagueira não é uma doença, mas sim um distúrbio de caráter multifatorial, podendo ter diferentes motivações, como por exemplo fatores hereditários, neurobiológicos e motores. Pesquisas atualizadas indicam que a gagueira está associada a um funcionamento inadequado de células nervosas envolvidas no controle da automatização da fala, ocasionando bloqueios e repetições característicos.

Ressalta-se que o tema deve ser tratado com seriedade, promovendo durante o ano inteiro ações que tragam em pauta como esse distúrbio pode influenciar o desenvolvimento emocional e interpessoal quando não tratado com respeito pela comunidade, além de instruir sobre o acompanhamento fonoaudiológico e multiprofissional, que possibilitará melhor qualidade de vida para as pessoas que gaguejam. Quanto antes a gagueira for acompanhada por um fonoaudiólogo, preferencialmente um profissional especialista em fluência, melhor será o resultado de acordo com a abordagem escolhida.